

Preços Licenças (EUAs) e Certificados (CERs) - Out 2010 a Mar 2012



valores em €	30-Mar	MoM	%
EUA Spot	6,93	-1,46	-17,40%
Fut 2012	7,15	-1,41	-16,47%
Fut 2013	7,63	-1,65	-17,78%
Fut 2014	8,05	-1,98	-19,74%
CERs Spot	3,89	-0,72	-15,62%

	30-Mar	%
UK Gas (GBP p/th)	60,75	2,31%
Carvão (API2 USD/t)	107,01	8,09%
Brent (USD/barrel)	123,20	0,44%
Crude (USD/barrel)	103,33	-3,49%
German Baseload	51,80	-1,15%

Mercados de CO₂

Março iniciou-se com as EUAs acima dos 8 euros mas a tendência ao longo do mês foi de queda. Os primeiros indícios de descida resultaram dos efeitos do clima, da queda nos mercados de capitais e de mais um leilão de licenças no Reino Unido. Factores pessimistas como as preocupações sobre a Grécia não cumprir o prazo de reestruturação da dívida, a economia da zona euro estar a entrar em recessão e as previsões de crescimento reduzidas para as principais economias emergentes como Brasil e China, são algumas das justificações. (cont. pág. 2)

Carbon Market Survey 2012: os resultados

Acabam de ser publicados os resultados do mais recente Carbon Market Survey, um inquérito anual promovido pelo conceituado Thomson Reuters Point Carbon que revela as últimas tendências e expectativas do mercado de carbono em 2011 e reúne as diversas opiniões dos participantes, especialistas e observadores das políticas e dos mercados de carbono.

Já na sua 7ª edição, este inquérito cobre uma panóplia de mecanismos de mercado, nomeadamente: o Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), os mecanismos de flexibilidade de Quioto (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM) e de Implementação Conjunta (JI)), o Comércio de Emissões na Nova Zelândia (NZ ETS), os mercados da Califórnia e do Quebec, os mercados emergentes na Ásia e Austrália, tendo igualmente em linha de conta os principais desenvolvimentos das negociações internacionais sobre o clima. (pág. 3 e 4)

Vinho, à falta de água...

...há (quase) 3 meses que não chove. De acordo com o Instituto de Meteorologia (IM), o período de seca que estamos a atravessar é já mais grave que o último verificado em 2005. "Verifica-se nos últimos 30 anos, as secas de 1981 e de 2005 são as que mais se aproximam da situação de 2012" nas 6 que ocorreram. "(...) em 15 de Março (...) mais de metade do território continental [encontra-se] em situação de **seca extrema** (53%) e a parcela restante (47%) em **seca severa**, os dois níveis mais elevados de severidade deste episódio climático. Também a percentagem de **água** no solo, que mede a capacidade de água utilizável pelas plantas, revela uma situação de **escassez** com valores inferiores a 50% em todo o território, havendo mesmo locais na região sul onde é inferior a 40%" (1). (cont. pág.4 e 5)

Mercados de CO₂ (cont.)

No entanto, durante todo o mês foram apontados mais motivos para a descida das licenças:

- Sete das maiores companhias aéreas europeias se terem unido para denunciar as consequências económicas da taxa de carbono instaurada pela União Europeia, alegando que podem estar em causa 2000 postos de trabalho.
- A Polónia que bloqueou os esforços da União Europeia para caminharem em direcção a uma economia de baixo carbono, colocando-se contra os restantes 27 países do bloco. A Dinamarca, enquanto detém a presidência da União Europeia, colocou o ambiente no centro da sua liderança. Tem o apoio da Comissão e da comunidade empresarial sobre a necessidade de dar orientação clara sobre a política climática da União Europeia para além das metas existentes até 2020. Mas a Polónia, que depende em quase 90% do carvão para a sua electricidade, disse em relação ao texto debatido na reunião dos Ministros do Ambiente, que não pode concordar com a inclusão de metas futuras de redução de carbono. O texto da reunião do Conselho Ambiental não tem força suficiente dentro do processo complexo de tomada de decisão da UE, e constitui um sinal de fraqueza se não se conseguir chegar a um consenso. A Comissária Connie Hedegaard, disse que apesar desta contrariedade o apoio de quase todo o bloco foi o suficiente para permitir à Comissão continuar a trabalhar em novos progressos.
- A Dinamarca ter adiado para 11 de Abril a primeira reunião das três instituições da UE sobre o projecto de lei de eficiência energética que poderia ordenar a retirada de créditos de carbono em excesso no mercado.
- A Índia ter proibido as suas companhias aéreas de pagar a taxa de carbono europeia garantindo que nenhuma transportadora indiana vai partilhar os seus dados sobre as emissões de carbono com a União Europeia.
- O clima mais ameno que fez diminuir a procura de energia
- Os boatos que acabaram por se confirmar, no início do mês de Abril, sobre os dados preliminares que apontam para uma queda de emissões do CELE em 2,4% quando a maioria dos analistas esperavam um pequeno aumento. Quase 10.000 instalações reportaram 1,71 mil milhões de toneladas de CO₂, de acordo com os dados publicados no website da Comissão Europeia.

Para uma ligeira subida a meio do mês contribuiu:

- O relatório do Barclays Capital que aumentou as suas previsões de preços médios para 2012 das licenças de carbono da União Europeia, dizendo que os legisladores da UE tendem a concordar com uma solução de curto prazo para combater o excesso de oferta que tem atirado os preços do carbono para níveis recorde. No relatório do banco a previsão para o primeiro semestre de 2012 aponta 8 euros a tonelada, um aumento de 1 euro ou 14% em relação à estimativa de preços feita em Janeiro. Para o segundo semestre refere um valor de 9 euros a tonelada. O Barclays refere que se houver um acordo da UE para retirar 700 milhões de EUAs do mercado, ao longo de um período de cinco anos é provável que os preços aumentem 2 a 3 euros a tonelada em 2013. No entanto, há muita incerteza sobre a intenção da UE e quanto à vontade política. O relatório reduz também a previsão de preço médio das EUAs para o período de comercialização 2013-2020 em 11%, para 16 euros a tonelada em relação aos 18 euros da previsão anterior.
- O relatório da OCDE que refere que as emissões globais de gases com efeito de estufa poderão subir 50% sem políticas climáticas mais ambiciosas, enquanto os combustíveis fósseis continuarão a dominar o mix energético. O relatório diz que a menos que aconteçam mudanças no mix global de energia, os combustíveis fósseis irão preencher 85% da procura de energia em 2050, implicando um aumento de 50% das emissões de gases com efeito de estufa e o agravamento da poluição do ar. A economia global em 2050 será quatro vezes maior do que hoje e o mundo vai usar 80% mais de energia. O custo financeiro de não agir pode resultar numa perda de até 14% em 2050 no consumo mundial per capita, de acordo com algumas estimativas. Os custos humanos também poderão ser elevados com mortes prematuras por exposição à poluição e pode dobrar para 3,6 milhões por ano.

Maria João Ramos

Comunicação

mramos@ecoprogresso.pt

Carbon Market Survey 2012: os resultados (cont.)

A participação é voluntária, cerca de 3 200 participantes responderam ao questionário, sendo que 50% dos quais envolvidos na comercialização e transacção de activos de carbono. Em contraste, cerca de 12% dos participantes não desenvolvem uma actividade profissional directamente ligada com o mercado de carbono. Importa salientar que este exercício é especialmente direccionado para participantes e especialistas em mercados e políticas de carbono, não sendo portanto seu objectivo espelhar a opinião pública em geral sobre o tema.

Dos **principais resultados da edição de 2012 relativamente ao CELE** destacam-se os seguintes:

- Em 2011 (e ainda actualmente) **registaram-se baixos preços das licenças de emissão (EUAs)**, com um preço spot das EUAs a passar de um máximo de 16,93€/t a 03 de Maio de 2011 para o mínimo de 6,47€/t a 14 de Dezembro de 2011. Segundo a Point Carbon, este facto não põe na verdade em causa a eficiência do CELE enquanto instrumento de mercado, mas reforça a necessidade de uma intervenção política por parte do Parlamento da União Europeia, actualmente em análise pela Comissão Europeia e Estados-Membros. Efectivamente, a eventual aprovação de medidas que poderão incluir a retenção da quantidade necessária de licenças do pós-2012 no mercado europeu (já referida na Econews de Março passado) e a definição de um objectivo de redução mais ambicioso para a União Europeia (que poderá ir até os 30%) constituirão os principais impulsionadores políticos dos preços do carbono para este ano. Entretanto, o preço spot das EUAs mantém-se significativamente baixo, encerrando a 6,35€/t a 03 de Abril de 2012. Importa não esquecer que um dos principais motivos associados à queda do preço das licenças se deve à crise económica que fortemente se tem feito sentir na indústria.
- É importante referir que **47% dos inquiridos é da opinião de que o CELE é a forma mais custo-eficaz para reduzir emissões de GEE na União Europeia**, 2% abaixo do que o verificado no inquérito de 2011. Esta redução percentual (pela primeira vez desde 2008) poderá resultar da queda acentuada do preço das licenças verificado ao longo do ano. Por outro lado, **36% dos participantes classificam o CELE como um mercado maduro**, a mesma percentagem que a verificada no ano anterior.
- Interrompe-se assim o crescente aumento da percepção de maturidade do CELE que se vinha a verificar desde 2007 (onde apenas 10% consideravam o CELE um mercado maduro). Aqui, os incidentes registados no início de 2011, com o roubo de perto de 3,2 milhões de licenças dos registos da Áustria, República Checa, Grécia e Roménia, poderão ter condicionado em parte a confiança neste mercado, embora novos mecanismos de segurança tenham sido entretanto implementados pela Comissão Europeia.
- Num cenário de excesso no 2º período do CELE e de preços de EUAs baixos, o preço do carbono constituiu em 2011 um factor de menor impacto nas decisões de investimento (apenas 38% consideraram-no como factor decisivo, 6% abaixo do valor de 2010). Três principais factores são apontados para um output em excesso: a situação económica actual, a Directiva Europeia para a eficiência energética (nova proposta europeia actualmente a ser negociada) e a Directiva para a energia renovável.
- Importa, no entanto, reforçar que **50% dos inquiridos defendem que o CELE conduziu à redução de emissões ao nível das suas instalações**, embora aqui se tenha verificado uma forte redução face aos 59% obtidos no inquérito de 2011.
- Relativamente à devolução de CERs/ERUs, verificou-se em 2011 a devolução de 137 milhões de CERs/ERUs para dar resposta ao compromisso em 2010, com 26% dos inquiridos utilizou o seu limite de devolução de CERs/ERUs (10% da alocação no PNALE II), cenário semelhante a 2010 (23%).
- **Embora com um aumento da expectativa do 2º período do CELE encerrar em excesso** (41% dos inquiridos em contraste com apenas 29% no inquérito de 2011), **23% dos inquiridos não vendeu o seu excesso**, muito provavelmente por planear recorrer à possibilidade de **banking para o próximo período**. Sem surpresas, 69% dos inquiridos prevê que terá necessidade de comprar EUAs no período pós-2012 ou recorrer a créditos de carbono, fruto da redução prevista na alocação em resultado das novas regras de atribuição de licenças. Realça-se, no entanto, a incerteza sentida por ¼ dos inquiridos em relação à sua posição no pós-2012 já que o processo de atribuição ainda aguarda a decisão final da CE e face à dificuldade actual de previsão da produção das empresas.

Carbon Market Survey 2012: os resultados (cont.)

• Para terminar é de referir que **77% dos inquiridos é da opinião que o CELE vai continuar depois de 2020 (último ano do 3º período).**

Relativamente aos Mecanismos de Quioto os principais resultados foram:

- **36% dos inquiridos** são da opinião que os mecanismos de CDM **são a forma mais custo-eficaz para reduzir emissões de GEE nos países em desenvolvimento.** No entanto, a atractividade deste instrumento ainda se posiciona abaixo do CELE. As melhorias recentemente verificadas no processo de registo de projectos por parte do Executive Board do CDM, a aplicação de metodologias e *guidelines* mais harmonizadas e um aumento da consulta aos *stakeholders* poderá estar na causa do aumento percentual da percepção da maturidade do CDM, com **28% dos inquiridos a considerá-lo como um mercado maduro** (9% acima do verificado em 2010).
- Contudo, é impossível não constatar uma **significativa (e esperada) diminuição no volume de investimentos em projectos CDM:** 30% dos inquiridos admite a redução de parte dos investimentos em projectos CDM, em contraste com os 14% verificados no inquérito de 2011. Já a fatia dos participantes que admitem a suspensão total em investimento em projectos CDM triplicou, situando-se nos 14%. O mesmo **cenário de contracção é observado na procura do mercado por créditos de carbono gerados por projectos CDM** (as CERs). Tal facto poderá dever-se a vários motivos: o preço baixo das EUAs no CELE, a incerteza ainda sentida quanto ao tipo de projectos CDM elegíveis no pós-2012 e às futuras restrições (ainda incertas) de CERs e ERUs no CELE. Por outro lado, são apenas elegíveis no CELE créditos gerados por projectos registados até 2013, à excepção de créditos gerados nos LDCs (sigla em inglês para países menos desenvolvidos), pelo que **se espera que no pós-2012 as atenções estejam mais voltadas para projectos desenvolvidos em LDCs.**

Fonte: Carbon 2012, Thomson Reuters Point Carbon, April 2012

Beatriz Pinto

Consultora Sénior

bpinto@ecoprogresso.pt

Vinho, à falta de água... (cont.)

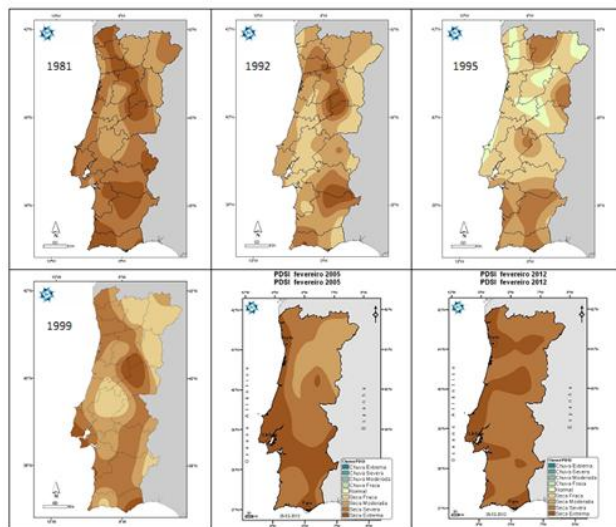


Figura 4 – Distribuição espacial do índice de seca meteorológica PDSI para as secas de 1981, 1992, 1995, 1999, 2005 e 2012 no final de fevereiro

De acordo com o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas, os cenários climáticos apontam para situações extremas mais frequentes e intensas no futuro ao nível global. Se bem que os efeitos possam ser benéficos em algumas partes do mundo, para Portugal estão previstas mais inundações, fogos florestais, secas e ondas de calor. Tal como sugere o cientista americano James Hansen, é como se estivéssemos a “viciar” os dados do clima, saindo com mais frequência fenómenos extremos ⁽²⁾. Ao lidar com as Alterações Climáticas, a atenção tem estado essencialmente focada na redução de gases que amplificam o efeito de estufa natural, e adiou-se um pouco mais a outra frente de combate, a adaptação. É urgente não paralisar perante um futuro incerto, e sair da nossa zona de conforto, adoptando para isso, medidas que visem de forma antecipatória, autónoma ou planeada conduzir-nos a um ajustamento nos sistemas (naturais ou humanos) e evitar os custos da inacção. A Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas - ENAAC adoptada como Resolução do Conselho de Ministros nº 24/2010 a 1 de Abril, vem dar relevo a esta necessidade a nível nacional bem como a recém criada comissão permanente para a Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos efeitos da Seca e das Alterações Climáticas. Este grupo de trabalho interministerial revelou que a “seca também fez subir em 15% a área ardida em relação ao mesmo período do ano passado” e está a ter “efeitos muito nefastos na agricultura, com especial incidência no sector agropecuário” ⁽³⁾.

Vinho, à falta de água...(cont.)

Em Portugal, no ano de 2003, de acordo com o IM, *“uma onda de calor terá sido a responsável pela morte de mais de duas mil pessoas e os fogos florestais nesse mesmo ano como os desastres que mais impacto tiveram. Já quanto a prejuízos, as cheias na Madeira em 2010 ocupam o topo da tabela, com custos de mil milhões de euros”*. Sabemos, no entanto, que muitos dos custos não são porém conhecidos na sua totalidade.

Um sector que pode ter sido muito afectado por este inverno seco tem sido o vitivinícola na região mediterrânica. De acordo com Hélder Fraga, um investigador doutorando da CITAB/UTAD⁽⁵⁾, uma *“secura moderada trás vantagens em relação à qualidade dos vinhos produzidos, o que torna tão apetecível o clima mediterrânico para a produção de vinhos de qualidade (...)*

Sabemos também que dependerá de cada casta a capacidade de recuperar de uma situação de stress hídrico a que está exposta, no entanto nenhuma variedade é capaz de suportar grandes períodos de secura, logo consideramos esta uma questão preocupante, pois esta é a tendência a verificar no futuro segundo as últimas projecções climáticas”. E, referindo-se ao Sul de Portugal “(...) a secura extrema irá ser impeditiva para a viabilidade desta cultura de um modo tradicional, sem rega. Outro factor será o excesso de calor e de radiação solar o que provocará stress térmico na videira.”

Na sua opinião *“(...) consideramos que o sector vitivinícola em Portugal está mal adaptado às alterações climáticas projectadas”*. Sendo esta a realidade, o que fazer? Uma opção é facilitar a implementação de sistemas de rega, correndo o risco de um cenário de escassez hídrica nos tornar mais vulneráveis, por outro lado podemos tentar tornar-nos mais resilientes.

Ao nível da investigação, tem havido algum esforço nesta área em Portugal. O projecto onde este investigador se encontra envolvido, denomina-se ClimVineSafe e tem como objectivo *“compreender como no futuro os efeitos das alterações irão afectar a cultura da vinha e definir estratégias de curto prazo para a mitigação destes efeitos”, como “a aplicação de substâncias protectoras na videira, que lhe confira uma maior resistência à secura e ao mesmo tempo diminua os efeitos da radiação solar, sem que isto afecte a composição do vinho”*.

Para além da investigação e aposta no conhecimento, cabe agora às empresas prudentes dos sectores mais afectados, adoptarem uma postura estratégica e proactiva em relação ao Clima, ou seja diminuir a sua pegada de carbono ao mínimo possível e planearem a sua adaptação a um clima em mudança.

1 – e fonte de imagem

<http://www.meteo.pt/export/sites/default/bin/docs/tecnicos/secta15MAR.pdf>

2. http://www.columbia.edu/~jeh1/mailings/2012/20120105_PerceptionsAndDice.pdf

3. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2387434&page=-1

4. <http://www.greenpeace.org/international/en/multimedia/photos/in-2003-many-french-vineyards/>

5 - A Ecoprogresso agradece o contributo especial do Dr. Hélder Fraga, Investigador de Doutoramento do CITAB/UTAD – Centro de Investigação e Tecnologia para as Ciências Agroambientais e Biológicas da Universidade de Trás os Montes e Alto Douro de Vila Real. Para mais informações sobre o projecto ClimVineSafe -

<http://www.cesam.ua.pt/index.php?menu=88&tabela=projectosdetail&projectid=275&language=pt>

Ana Martins

Coordenadora

amartins@ecoprogresso.pt



6º Fórum Mundial da Água

O mês de Março ficou marcado pela realização da **6ª edição do Fórum Mundial da Água**, o maior evento internacional sobre água. Organizado a cada três anos pelo Conselho Mundial da Água, a última edição desta iniciativa decorreu em Marselha (França) de 12 a 17 de Março, dedicado ao tema “*Towards Concrete Solutions for Water*”.

Envolvendo um total de cerca de 25 000 participantes, o Fórum contou com a presença de 103 ministros, vice-ministros e secretários de estado e com a representação de 173 países, onde Portugal também marcou presença.

Políticos, sector público e privado, entidades governamentais e organizações não governamentais, bem como instituições académicas procuraram debater a melhor forma de enfrentar os desafios globais de gestão dos recursos hídricos. Conscientes da prioridade de influenciar o processo de tomada de decisão ao nível das políticas globais para o sector, procuraram ainda propor soluções sustentáveis concretas para a resolução dos vários desafios. E por falar em soluções concretas, uma das novidades da última edição foi a criação da *Village of Solutions*, uma plataforma especialmente desenvolvida para permitir a troca e partilha dos diversos compromissos definidos neste Fórum.

O processo de preparação da iniciativa teve em linha de conta a definição de prioridades e objectivos específicos para seis regiões territoriais entretanto identificadas. Com esta abordagem pretendeu-se que fossem equacionadas soluções para os desafios locais de cada uma das regiões sob a égide de um quadro comum, apenas possível com o efectivo envolvimento e forte mobilização de todas as partes. Apesar das especificidades de cada uma das regiões, foi transversal o destaque dado à necessidade de integrar a segurança de abastecimento de água com a resiliência climática e assim **promover a adaptação a longo prazo dos “desafios hídricos” às alterações climáticas**.

Como reconheceu o primeiro-ministro francês François Fillon, no seu discurso de abertura do Fórum “o impacto das alterações climáticas no acesso e gestão dos recursos hídricos exigirão esforços dispendiosos para se adaptar nos países mais vulneráveis, pelo que devemos ter em conta a importância deste esforço na definição dos futuros e necessários mecanismos de apoio”.

Aliás, o discurso do Presidente do Conselho Mundial da Água, Loïc Fauchon demonstra a urgência de dar prioridade a esta questão: “*this is why we call upon the States to immediately add to the core negotiations on climate change a “water-energy pack” to increase the financing of major water and sanitation related infrastructure works*”.



Depois de seis dias de intenso diálogo e participação, concluiu-se, sem surpresas, que é indispensável a actuação imediata da comunidade política internacional e da sociedade em geral na resolução dos desafios da água no mundo: desde saneamento, o acesso à água potável, às alterações climáticas, passando pela segurança alimentar, energia, saúde, desenvolvimento económico e demográfico. Aliás, o 4º Relatório da ONU sobre a água no mundo, apresentado no fórum, refere que “o aumento da população e as inundações e secas, em consequência das alterações climáticas, ameaçam os recursos hídricos se nada for feito”.

Da inovadora Village of Solutions resultaram cerca de 1400 soluções para água e saneamento em prol de uma maior acessibilidade a condições de abastecimento e saneamento e de uma distribuição equitativa da água como direito de cada indivíduo.

As conclusões, soluções e compromissos nascidas do Fórum serão levadas à Conferencia das Nações Unidas Rio+20, onde a questão da água e saneamento terá como esperado um grande relevo.

Perante “um futuro cada vez mais incerto”, como alerta a Directora Geral da Unesco, Irina Bokova, o mote do evento não poderia ter encaixado melhor: “***It is time for solutions and commitments!***”.

Fonte:

<http://www.worldwaterforum6.org/>

<http://www.facebook.com/WorldWaterForum6>

<http://www.forbes.com/sites/jaynejung/2012/03/14/6th-world-water-forum-frances-prime-minister-francois-fillon-calls-for-a-new-economic-compass-that-includes-environmental-issues/>

http://www.publico.pt/Mundo/forum-mundial-da-agua-quer-solucoes-ate-2030_1537459

<http://www.adp.pt/content/index.php?action=detailfo&rec=3009&t=Forum-Mundial-da-Agua>

Beatriz Pinto

Consultora Sénior

bpinto@ecoprogresso.pt

Código de ética carbonfree:

O carbonfree selecciona projectos que garantem uma **efectiva redução de carbono da atmosfera**. Os nossos requisitos para a selecção de créditos estão em linha com o definido pelo International Carbon Reduction and Offset Alliance (ICROA):

Adicionais - o projecto não existiria caso não houvesse o retorno dos créditos de carbono. Por outro lado essa redução não estava já planeada nas políticas existentes;

Mensuráveis – a quantidade reduzida de emissões é determinada de acordo com métodos adoptados internacionalmente;

Permanentes – as reduções de emissões (ou sequestro no caso de projectos florestais) é irreversível. Para projectos de florestação tem de ser demonstrado que a floresta sobrevive pelo menos 30 anos.

Verificáveis – todos os projectos apoiados pelo carbonfree são monitorizados e verificados por uma entidade independente que certifica de acordo com os requisitos locais e específicos do sector em causa;

Contribuição para o desenvolvimento local – são seleccionados créditos de projectos que, preferencialmente, promovem o desenvolvimento sustentável nas comunidades locais. Isto pode ser feito, por exemplo, através da melhoria da biodiversidade local, criação de empregos, assegurar acesso a energia, melhorar as condições de vida e de saúde.

NOTA: Os textos desta newsletter não foram escritos de acordo com o novo acordo ortográfico.

A Ecoprogresso é uma empresa:



Para mais informações contacte:

Maria João Ramos | Departamento de Comunicação
mramos@ecoprogresso.pt
T +351 217 981 210



Para Trading de Licenças contacte:

Front Office
frontoffice@ecotrade.pt
T +351 217 981 212